

Plenário vazio debate 'denúncia'

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A Câmara e o Senado, praticamente vazios, discutiram ontem o que alguns parlamentares chamaram de "campanha da imprensa contra o Congresso Nacional". Enquanto o senador Fábio Lucena (PMDB-AM) dizia, no Senado, que o Congresso "vem sendo agredido de dia e de noite por causa de uma campanha espúria lançada pela Associação Brasileira de Empresas de Rádio e Televisão (Abert), em represália à aprovação, pelo Legislativo, do projeto de propaganda gratuita das eleições pelo rádio e a televisão", o senador Luiz Cavalcante (PFL-AL) negava qualquer campanha da imprensa, aproveitando para reprovar o reduzido comparecimento de parlamentares às sessões plenárias e mostrando que a aprovação de um decreto-lei custa cinco bilhões de cruzeiros.

Lucena chegou a sugerir ao presidente do Senado, José Fragelli, que peça, sobretudo à **Rede Globo**, o direito de resposta "para defender o Congresso das torpes agressões lançadas sexta-feira contra a instituição". E o senador César Cals (PDS-CE) acrescentou que os jornalistas encarregados da cobertura política "fazem esses comentários por encadernamento". Já o senador Marcondes Gadelha (PFL-PB) declarou existir incoerência interna no Sistema Globo, pois, alegou, enquanto a televisão criticava o Legislativo, o jornal **O Globo** o defende, como ocorreu ontem em editorial.

OVELHA NEGRA

Mesmo correndo o risco de ser a "ovelha negra do plenário", o senador Luiz Cavalcante explicou que preferia seguir a sua consciência. Em primeiro lugar, lembrou que o Legislativo é uma Casa aberta, exposta à Nação, ao contrário dos outros Poderes, que ficam sempre intramuros. Contudo, enfatizou, a denúncia do reduzido comparecimento às sessões não é nenhuma "invencionice" da imprensa.

Como exemplo, mencionou o número de sessões que o Congresso é obrigado a realizar para a aprovação de decretos-leis: quase sempre dez, conforme prevê a Constituição. Ao final da décima sessão, o decreto-lei acaba sendo aprovado por decorso de prazo, com uma despesa final de Cr\$ 5 bilhões. A seu ver, se houvesse mais regularidade no comparecimento de parlamentares, o decreto-lei poderia ser aprovado na primeira sessão, com um gasto de apenas Cr\$ 500 milhões.

O cálculo do senador Luiz Cavalcante baseia-se no número de servidores do Senado, 3.569, além dos 69 senadores, bem como em número semelhante de servidores da Câmara, onde os deputados são 479. Se o projeto de resolução sobre o decreto-lei permanecer em pauta durante dez sessões, o **jeton** dos parlamentares acaba sendo pago dez vezes. Só no Senado, as despesas se elevam a Cr\$ 240,973 milhões por sessão, na Câmara, a cifra se eleva a mais ou menos Cr\$ 260 milhões e os dois to-

tais somados chegam aos Cr\$ 500 milhões.

Fábio Lucena não concordou com o raciocínio de Luiz Cavalcante e prometeu voltar ao assunto numa outra sessão.

No mesmo pronunciamento, Fábio Lucena pediu ao presidente da Comissão mista que examina a convocação da Assembléa Nacional Constituinte que exclua das cogitações qualquer convite ao presidente do Instituto dos Advogados de São Paulo, Ives Gandra Silva Martins, "que chamou de inútil o Congresso Nacional".

SÓ 17 DEPUTADOS

As críticas feitas ultimamente pela imprensa à falta de comparecimento dos parlamentares ao plenário foram rebatidas, na Câmara, por um dos vice-líderes do PMDB, Genebaldo Corrêa (BA), com o apoio, em apartes, de sete deputados (do PMDB, do PDS, do PFL, e do PDT), quase a metade do total de presentes. E somente um, líder do PTB, Gastone Righi (SP), tocou na questão do **jeton**, para dizer que não se comprehende que este seja pago (112 mil cruzeiros por sessão) a quem não comparece.

Genebaldo começou por assinalar que o Legislativo é um Poder "transparente, aberto", sobretudo à imprensa, que toma conhecimento de tudo que nele se passa. "E, por conseguinte — acrescentou — o mais vulnerável, o mais atingido, mas também o mais grandioso. E é bom que assim seja". Para ele, o Congresso deve aproveitar "essa campanha da imprensa" para estabelecer algumas verdades.

"É verdade que não temos um plenário cheio?" — perguntou. "Sim — respondeu, apontando para o plenário —, aqui está o exemplo. As cadeiras, em suas maioria, vazias." Na verdade, estavam ocupadas exatamente apenas 17 das 470 cadeiras.

O deputado pôs a culpa no Regimento Interno da Casa, "elaborado

no período do autoritarismo, justamente para esvaziar o Congresso". "O deputado — acrescentou — podia ficar em casa ou no seu Estado que as lideranças resolviam tudo por ele."

Para Genebaldo, o sistema do "voto de liderança" tem de ser modificado. E devem ser marcados também três dias de votação em semanas alternadas. Quer dizer, os deputados se concentrariam em Brasília nesses três dias e depois teriam uma semana para viajar para seus Estados ou para cuidar de suas outras atividades parlamentares. Porque, argumentou, essa atividade não se restringe ao plenário. "Se os eleitores — acentuou — exigem nossa presença aqui, eles também nos querem nas nossas bases, nos trabalhos partidários. Muitos de nós dedicamos oito, dez, 12 horas por dia a atividades exclusivamente político-parlamentares. Há alguns que não fazem assim. Mas é a minoria. E não podemos ser com eles nivelados."

Passaram pelos microfones de apartes os deputados José Maria Magalhães (MG), vice-líder do PMDB; Prisco Viana (BA), líder do PDS; Del Bosco Amaral (PMDB-SP); Alceni Guerra (PR), vice-líder do PFL; José Fernandes (AM), vice-líder do PDS; Amaury Müller (RS), vice-líder do PDT; Celso Peçanha (RJ), vice-líder do PFL — todos para se solidarizar com o orador e reforçar seus argumentos, principalmente quanto à necessidade da extinção ou reformulação do "voto de liderança".

"O PDS é pela extinção" — anunciou Prisco Viana, lembrando que esse sistema sempre existiu, mas foi incluído no Regimento Interno em 1971, por emenda de um ex-líder do seu próprio partido, o falecido Cantídio Sampaio (SP). José Fernandes disse que não pode deixar de dar assistência aos seus eleitores, em municípios amazonenses só alcançáveis de barco e em viagens que demandam de uma semana a dez dias. Amaury Müller não vê razão "para esse estardalhaço em torno de uma coisa que sempre aconteceu". Admitiu haver deputados "relapsos", como existem também pessoas relapsas em todos os segmentos profissionais.

José Maria Magalhães afirmou ver "forças ocultas" nessa campanha, porque "este Congresso foi o primeiro, desde 64, que levantou a cabeça". E Del Bosco Amaral declarou não acreditar na notícia de que o presidente da Casa, Ulysses Guimarães, iria procurar o diretor-presidente das organizações **Globo** para prestar-lhe esclarecimentos. "Com sua altivez — assinalou — se ele tivesse de dar algum esclarecimento, ele o faria aqui, para os jornalistas credenciados."

O único aparteante a defender a punição para os faltosos foi Gastone Righi: "Não se comprehende que sejam pagos aqueles que não comparecem às sessões". E ressaltou que seu partido já sugeriu alterações no Regimento Interno, para valorizar o trabalho das comissões técnicas e para modificar o "voto de liderança".

Ulysses defende o Congresso

O presidente em exercício, deputado Ulysses Guimarães, defendeu ontem, energicamente, o Congresso Nacional, ao visitar à tarde o comitê de imprensa do Palácio do Planalto. Ulysses atribuiu ao Parlamento o mérito de estar no poder como presidente da Câmara e a democratização do País. Em nenhum momento, contudo, se referiu à fase de descrédito por que passa o Congresso, com suas sessões esvaziadas.

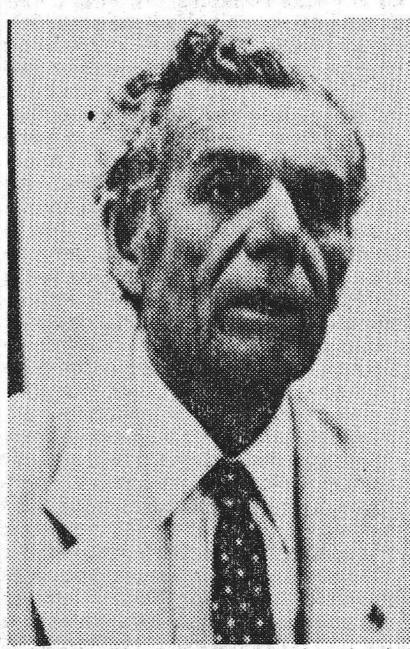
Ulysses Guimarães lembrou o desempenho do Legislativo na campanha das diretas e quando da reunião do colégio eleitoral que elegeu a chapa Tancredo Neves — José Sarney para disputar a Presidência da República pela Aliança Democrática. Acrescentou que não há mérito pessoal na trajetória que o conduziu à Presidência da República: "Meu papel foi meramente a síntese de todos os nossos companheiros".

O líder do PMDB na Câmara, deputado Pimenta da Veiga, por sua vez, voltou a manifestar preocupação com o que chama de "campanha sistemática" contra o Congresso, com notícias insistentes de jornais, revistas, rádio e tv destacando a ausência de deputados e senadores nos trabalhos legislativos sem desconto nos subsídios: "Precisamos conhecer a origem dessa campanha. Muitos parlamentares acham que a campanha teria o objetivo de desgastar os atuais deputados e senadores. Eles se sentiriam atingidos, passariam a freqüentar mais o Congresso, descuidando-se das bases. Com isso haveria mais condições de vitória aos que pretendem se candidatar à Assembléa Constituinte. Essa explicação temos ouvido de muitos parlamentares".

Para Pimenta é preciso mostrar que o trabalho do parlamentar não se limita à presença no plenário. "No Brasil — notou — e em qualquer Parlamento do mundo, há o trabalho das comissões, o trabalho junto aos ministérios e repartições do governo, há o trabalho político-partidário junto às bases."

O deputado confirmou que a liderança sugeriu ao presidente da Câmara a realização de "esforço concentrado" ou seja, terça, quarta e quinta-feira, semana sim, semana não, para votação de projetos em plenário. Nesse período, os que faltarem terão suas diárias descontadas. A Mesa diretora, por sugestão de Ulysses Guimarães, propôs o esforço concentrado dois dias por semana — quarta e quinta-feira — com cumprimento das normas regimentais nesses dias e desconto dos **jetons** aos faltosos.

Essa questão deverá ser debatida amanhã, na reunião da bancada do PMDB na Câmara, segundo revelou Pimenta da Veiga, para quem "a campanha não serve à democracia, não serve ao País, nem ao Congresso nem à imprensa".



Luiz Cavalcante

Arquivo